



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MATO GROSSO

**RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DA ESTRATÉGIA**

<b>1- Unidade</b> (TRF1 ou SJXX):	Seção Judiciária de Mato Grosso		
<b>2- Ciclo de Planejamento</b> (exemplo, Planej 2015/2020):		<b>3- Data:</b>	outubro/2019
<b>4- Execução das Metas do Poder Judiciário e da Justiça Federal:</b>			
Percentual de Cumprimento de Metas por Vara (inserir abaixo o link SEI do Painel atualizado extraído do e-Siest):			
e-Siest 9230970			
<b>5 - Execução das iniciativas estratégicas</b> (inserir abaixo o link SEI das planilhas Excel padrão da metodologia atualizadas):			
<b>Plano de Ação:</b>	<b>Seleção e Classificação das Iniciativas:</b>	<b>Painel de Contribuição:</b>	
9230857	9230911	9230942	
<b>6- Iniciativas com potencial de compartilhamento entre seccionais</b> (indicar as mais impactantes, viáveis e menos complexas, inclusive com relação ao PLS):			
Nome da iniciativa:	% execução	Documentada SIM ou NÃO	
1- Implementação da Gestão de Riscos na SJMT (PAe 0002775-85.2019.4.01.8009)	10%	sim	
<b>7 - Destaques da execução da Estratégia</b> (boas práticas adotadas para o impulso no cumprimento das Metas contornando as dificuldades):			
<b>Com relação às Metas:</b>			
1- Ajuste do Relatório Consolidado das Varas 9231258 , com inclusão do acompanhamento das Boas Práticas existentes e captura de novas Boas Práticas e Boas Ideias.			
2- Análise das iniciativas com potencial de compartilhamento entre os órgãos, relacionadas nas atas de reuniões do CGER-TRF1, pelo Cogecon-MT. Posteriormente são encaminhadas às unidades competentes como sugestões.			
<b>Com relação às Inicitivas Estratégicas:</b>			
1- Análise das iniciativas com potencial de compartilhamento entre os órgãos, relacionadas nas atas de reuniões do CGER-TRF1, pelo Cogecon-MT. Posteriormente são encaminhadas às unidades competentes como sugestões.			
<b>Com relação ao Plano de Logística Sustentável:</b>			
1- Adesão à A3P.			
2- Mudança do horário das palestras realizadas (final do expediente (16:30) para o meio do expediente (14:00)) para os magistrados, servidores, estagiários e prestadores de serviços, com validade para Adicional de Qualificação (AQ). A mudança de horário e validade para AQ impactou bastante no número de participantes aos eventos.			
3- Adesão aos meses Setembro Amarelo, Outubro Rosa, Novembro Azul, com realização de palestras			

voltadas para a conscientização:

3.1- Setembro Amarelo: Palestra “Prevenção ao Suicídio – sinais para saber agir” (nº de participantes: 65)

3.2- Outubro Rosa: Palestra "Sua vida em suas mãos: seja mais forte que sua melhor desculpa" (nº de participantes: 80)

3.3- Novembro Azul: ainda não realizada

4- Instituído o Dia do Hiperdia, a ser realizado duas vezes ao ano.

5- 4ª edição da Semana do Servidor “Viva o SERvidor! Palestras realizadas com AQ na área de desenvolvimento gerencial:

5.1- Palestra: Descubra a Força dos Seus Talentos Inatos (nº de participantes: 46)

5.2- Palestra: Prevenção – a melhor forma de lutar (nº de participantes: 49)

5.3- Palestra: Inteligência Emocional na Gestão de Conflitos (nº de participantes: 59)

5.4- Palestra: Mindfulness – atenção plena (nº de participantes: 67)

## **8 - Dificuldades para a execução da Estratégia (barreiras enfrentadas):**

### **Com relação às Metas:**

1- A unidade responsável pelo Banco de Boas Práticas do TRF1 parou de alimentar o banco, era um meio de captura/divulgação de ideias/sugestões.

2- Captura de novas iniciativas. Percebe-se que há melhorias nas rotinas de trabalho em algumas unidades, mas não há estímulo para desenvolver as ideias na forma de projetos e/ou ações.

3- Conforme registrado no Relatório consolidado das Varas 9231258, destaca-se:

3.1- Instabilidade do E-Siest, confiabilidade e demora na atualização dos dados.

3.2- Feitos que dependem de providências externas, alheias aos esforços da Vara.

3.3- Quadro de servidores reduzido.

3.4- implantação do PJE no JEF, até o momento impede o trabalho em lote.

3.5- Alteração da Meta 2 atribuída às Turmas Recursais pelo TRF1.

3.6- O sistema de comunicação de dados de internet, na Vara Federal de Juína/MT, vem oscilando constantemente, ocasionando falhas em todos os sistemas.

### **Com relação às Iniciativas Estratégicas:**

1- A unidade responsável pelo Banco de Boas Práticas do TRF1 parou de alimentar o banco, era um meio de captura/divulgação de ideias/sugestões.

2- Captura de novas iniciativas. Percebe-se que há melhorias nas rotinas de trabalho em algumas unidades, mas não há estímulo para desenvolver as ideias na forma de projetos e/ou ações.

3- Conforme registrado no Relatório consolidado das Varas 9231258, destaca-se:

3.1- Além da alta complexidade, própria das causas mais antigas ainda não julgadas na 1ª Vara Federal, a multiplicidade de sistemas, o volume de trabalho e a resistência às mudanças são dificuldades enfrentadas na implementação de novas ações.

3.2- Cultura institucional e quadro de servidores pouco voltados para a inovação.

### **Com relação ao Plano de Logística Sustentável:**

1- Captura no prazo e confiabilidade dos dados para preenchimento do Questionário da Sustentabilidade do CNJ.

## **9 - Conclusão, comentários e sugestões de melhoria:**

**Sugestões de melhorias:**

- 1- Inclusão permanente das Boas Práticas no Banco de Boas Práticas do TRF1.
- 2- Criação de um sistema informatizado para lançamento, por cada unidade (seccional e subseções), dos dados do questionário mensal e anual da sustentabilidade do CNJ.
- 3- Conforme registrado no Relatório consolidado das Varas 9231258, destaca-se:
  - 3.1- A atualização da calculadora de Metas, utilizada no ano passado, também contribui e auxilia no acompanhamento.
  - 3.2- Necessidade de dotar o E-SIEST de ferramenta para verificação de tarefas POR PERÍODO (quantos processos foram conclusos de data inicial até data final, por exemplo).
  - 3.3- Sugerir que as novas Metas 2 do Tribunal direcionadas às Turmas Recursais, neste ano, tenham apenas efeito de orientação e sejam efetivamente implementadas apenas no ano de 2020.

**METAS 2019:**

É unânime a insatisfação das unidades judiciárias com o e-Siest devido à sua inconsistência, confiabilidade e demora na atualização dos dados.

Apesar das dificuldades registradas por diversas unidades da área judiciária da SJMT, na Parte II do Relatório Consolidado das Varas 9231258, nota-se um movimento favorável para implementação de ações com objetivo de melhorar os resultados para alcance das metas. Essa premissa parte da análise da Parte I do mesmo Relatório, onde foram contabilizadas 13 (treze) boas práticas já registradas, 08 (oito) a serem registradas e 06 (seis) boas ideias (ações com menos de 6 meses de uso).

Com relação ao desempenho das metas, comparando o Relatório do e-Siest de outubro/18 (10 unidades com selo) com outubro/19 (5 unidades com selo), o desempenho em outubro/2019 é 50% menor em relação a outubro/2018. É um indicativo de que o número de unidades a receber o selo em 2019 seja menor que em 2018 (09 unidades premiadas e a unidade jurisdicional-SJMT).

**INICIATIVAS ESTRATÉGICAS:**

Quanto às iniciativas, os projetos estão sendo executados. Atualmente são 09 (nove) projetos em andamento, estando 04 (quatro) em execução dentro do prazo e 05 (cinco) em execução com atraso. Todos estão sendo acompanhados pela Semad que, como unidade de apoio, tem intensificado o acompanhamento, principalmente, daqueles que estão sendo executados com atraso.

Quanto a não inclusão permanente das Boas Práticas no Banco de Boas Práticas do TRF1, será encaminhado ofício do Cipe-MT ao TRF1 consultando sobre descontinuidade da inclusão das boas práticas no banco. Caso não tenha previsão de inclusão permanente, será sugerido ao Cogecon-MT a criação do Banco de Boas Práticas da SJMT no portal da intranet para divulgação das Boas Práticas. Não seria uma boa prática, considerando que o Banco do TRF1 abrange toda a 1ª Região, mas será uma medida necessária para compartilhamento das boas práticas pelo menos dentro da SJMT (atualmente estamos com 5 (cinco) boas práticas (02 judiciárias e 03 administrativas) registradas e ainda não compartilhadas).

O Cipe-MT ainda é composto somente de servidores da área administrativa, já foram feitos vários convites aos diretores da área judiciária, mas até o momento não houve adesão. Será sugerido a participação em sistema de rodízio anual, como é feito no CGER-TRF1 (a cada ano, 03 (três) seccionais fazem parte da comissão, participando das reuniões quadrimestrais por videoconferência/teams).

**PLS:**

Quanto ao PLS, foi dado alguns passos importantes, adesão à Agenda A3P; criação do Grupo Executivo VI, vinculado à comissão do PLS para a implantação da Coleta Seletiva Solidária e a

mudança do horário de realização dos eventos institucionais, do final para o meio do expediente. Isto possibilitou a participação de mais servidores, estagiários e prestadores de serviços aos eventos.

O que ainda está a desejar é a coleta dos dados para preenchimento do questionário da sustentabilidade do CNJ no prazo estabelecido pelo CNJ e a confiabilidade desses dados. Em 2019 foram ajustadas algumas rotinas, mas não mostraram eficientes durante o ano, aqui podemos elencar diversos fatores: falta de mapeamento das atividades setoriais; rotatividade de servidores, principalmente, nas Subseções; servidores de férias/licença; falta de planejamento e/ou de se ter uma agenda; muitas frentes de trabalho de diferentes áreas para uma única pessoa administrar (caso das Sesap's). Quanto a confiabilidade, seria necessário ajustar os relatórios do SICAM (existem pelo menos 3 tipos de relatórios que fornecem os dados, mas cada um emite um resultado diferente) e/ou verificar a possibilidade de criar um sistema informatizado para incluir todos os itens do questionário da sustentabilidade com possibilidade de emissão de relatórios por localidade (Seção e Subseções) inclusive com gráficos, o que tornaria os resultados mais fidedignos, e conseqüentemente um relatório mais consistente, coerente com a realidade de cada localidade. No e-Siest existe uma pasta "Gestão Estratégica/Painel PLS", seria um indicativo de que, futuramente, os dados do PLS estariam sendo inseridos no e-Siest?

É o relatório.

Cuiabá, novembro 2019

**Pedro Francisco da Silva**

Juiz Federal Diretor do Foro

**Analídia Abílio Miguel Diniz Brum**

Diretora da SECAD

**Valéria Maria Viana Assis Lanna**

Supervisora da SEMAD



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Francisco da Silva, Diretor do Foro**, em 08/11/2019, às 19:35 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Valeria Maria Viana Assis Lanna, Supervisor(a) de Seção**, em 12/11/2019, às 14:48 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Analidia Abilio Miguel Diniz Brum, Diretor(a) de Secretaria Administrativa**, em 12/11/2019, às 21:13 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **9230985** e o código CRC **17E9183B**.

---

Av. Rubens de Mendonça, 4888 - Fórum Federal JJ Moreira Rabelo - Bairro Centro Político Administrativo - CEP 78049-942 - Cuiabá - MT  
- [www.trf1.jus.br/sjmt/](http://www.trf1.jus.br/sjmt/)

0024084-92.2019.4.01.8000

9230985v7